

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RDS MAMIRAUÁ

Setor/Órgão/UC Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA-AM/RDS Mamirauá

Tefé - AM, Julho de 2021

TERMO DE REFERENCIA PARA A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RDS MAMIRAUÁ

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. Dados gerais da unidade

- Categoria: Uso Sustentável
- Nome da unidade: Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Mamirauá
- Órgão responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA-AM
- Estado: AM
- Municípios que abrangem a unidade: Fonte Boa, Japurá, Maraã, Uarini e Tonantins
- Área da unidade: 1.124.000 ha

2. CONTEXTO

2.1. Breve histórico

A Unidade de Conservação - UC denominada Mamirauá foi a primeira categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS criada no Brasil, revolucionando o posicionamento institucional e o arcabouço legal e técnico-científico sobre Conservação da Biodiversidade no Bioma Amazônia, sendo um marco nacional e internacional. Essa conquista foi fundamentada nos esforços do biólogo José Marcio Ayres e o fotógrafo Luiz Cláudio Marigo, que realizaram na década de 80 discussões envolvendo os agentes públicos da seara ambiental, bem como, os pesquisadores, acadêmicos, comunitários, ribeirinhos e demais populações tradicionais, reconhecendo e divulgando as práticas conservacionistas realizadas pela sociedade amazônica.

Com a instituição do Sistema Nacional de UC da natureza - SNUC, por meio da Lei Federal n.º 9.985/2000, de 18/07/2000, a categoria RDS foi reconhecida, sendo no artigo 20 desta Lei/SNUC conceituada como “uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”.

O cerne histórico dessa gênese está nas ações empreendidas para proteção e conservação do ecossistema aquático abrangido pela região do Lago Mamirauá e

ambientes adjacentes, um dos complexos lacustres de várzea localizado na confluência dos rios Solimões, Japurá e Auatí-Paraná. Ressalta-se que em 1983 a área da RDS Mamirauá foi identificada como um ambiente potencial para a proteção e conservação da biodiversidade e foi definida, inicialmente, como uma Estação Ecológica - ESEC, a partir de uma solicitação feita em 1985 ao Governo Federal. Tal pedido foi feito para proteger o macaco uacari-branco, espécie estudada por Ayres em seu doutorado. O nome Mamirauá vem do lago localizado na reserva e seu significado mais aceito é filhote de peixe-boi.

A proposta de criação enviada a Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Presidência da República foi atendida com a criação da Estação Ecológica – ESEC do Lago do Mamirauá delimitada pelos Rios Solimões e Japurá, e pelo canal do Paraná do Aranapu – com aproximadamente 260.000 hectares, ficando em parte protegida por órgão federal, em média entre 3 anos (1987-1989). Para tanto, o Governo Federal expediu a Portaria n.º 91/1986, de 11/07/1986, declarando como Área sob Proteção Especial a região do Lago Mamirauá e a mesopotâmia existente acima da confluência dos rios Solimões e Japurá, no Estado do Amazonas.

Sublinha-se que com as mudanças nas políticas do meio ambiente em nível federal, partes das ESEC foram repassadas para a administração estadual. Com essas mudanças, o Governo do Estado do Amazonas transformou a UC em ESEC Mamirauá pelo Decreto Estadual n.º 12.836/1990, de 09/03/1990, com uma área total de 1.124.000 hectares, quatro vezes e meio maior que a primeira.

Após geração de fundamentos técnico-científicos e mobilização da sociedade civil e comunitários, foram gerados subsídios para criação no Estado do Amazonas de uma nova categoria de UC brasileira que veio ser denominada de Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS, revolucionando as formas de gestão até então implementadas e reconhecendo as práticas conservacionistas realizadas pelas populações tradicionais.

Consequentemente, no ano de 1996, a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM aprovou a recategorização e redelimitação da ESEC Mamirauá em RDS Mamirauá, por meio da Lei Estadual n.º 2.411/1996, de 16/07/1996. Se caracterizando como a primeira categoria de RDS criada no Brasil, criou os fundamentos legais para sua inclusão no SNUC. Esse fato marcou a condução da gestão ambiental

implementada na Amazônia, quanto à criação de UC de uso sustentável, respeitando-se a população tradicional existente nos territórios propostos.

A categoria RDS também foi reconhecida no Sistema Estadual de UC do Amazonas – SEUC-AM, estabelecido pela Lei Complementar Estadual n.º 53/2007, de 05/06/2007. O SEUC foi o marco norteador e modelador da política amazonense de conservação da biodiversidade, sendo a consolidação das RDS uma prioridade de gestão e a RDS Mamirauá um modelo de gestão compartilhada.

A RDS Mamirauá possui reconhecimentos internacionais históricos que a consolida como um marco referencial para o mundo:

a) Em 1993 – Designação da região de Mamirauá (inicialmente como Estação Ecológica - ESEC e posteriormente como Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS em 1997) como Sítio Ramsar de Áreas Úmidas de Importância Internacional pela Convenção de Ramsar Internacional;

b) Em 2001 – Inclusão da RDS Mamirauá no Corredor Central da Amazônia – CCA, corredor ecológico bio-regional;

c) Em 2001 – Inserção da RDS Mamirauá na Reserva da Biosfera da Amazônia Central – RBAC, reconhecida por meio do diploma emitido pelo Programa Homem e Biosfera - MAB da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO;

d) Em 2003 – A RDS Mamirauá é inclusa no Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade denominado “Complexo de Conservação da Amazônia Central” (Central Amazon Conservation Complex) reconhecido pela UNESCO em julho de 2003;

e) Em 2009 – A RDS Mamirauá é identificada como uma das 04 (quatro) Áreas Importantes para a Conservação de Aves (*Important Bird Area* - IBA) pela Sociedade para a Conservação das Aves no Brasil – SAVE Brasil. Essas áreas estão dentro do escopo da estratégia global da *BirdLife International* (BLI) para a integrar uma rede de áreas críticas para a conservação da avifauna a partir de seu reconhecimento, monitoramento e proteção.

Quanto a gestão territorial, há pelo menos quatro sobreposições de Terras Indígenas - TI sobre a área da RDS Mamirauá, configurando uma situação complexa. De modo geral, há aspectos positivos, com a participação dos indígenas no manejo ecológico - como é o caso das TI Jaquiri, Marajaí e Cuiú-Cuiú - e aspectos conflituosos,

em termos de posicionamento ambiental, indenitário e institucional - como no caso da TI Porto Praia.

Atualmente, a RDS Mamirauá é gerida em regime de parceria institucional com organizações não governamentais, formalizados por meio do Edital n.º 001/2020 de credenciamento de Organização da Sociedade Civil – OSC.

2.2. Características

A RDS Mamirauá está localizada a cerca de 600 km a oeste de Manaus, na região do curso médio do rio Solimões. Abrange os municípios de Fonte Boa, Japurá, Maraã, Uarini e Tonantins, contendo uma área de 1.124.000 hectares. Outros importantes municípios amazonenses situam-se em sua área de influência Jutaí, Juruá, Alvarães e Tefé, o principal centro urbano da região.

As informações quanto ao quantitativo populacional necessitam ser atualizadas. As informações contidas no Plano de Gestão vigente são correspondentes ao ano de 2006. Desde 1991 são realizados levantamentos da população humana a cada 5 anos na RDS Mamirauá. Nos primeiros anos foram levantados apenas os assentamentos humanos localizados na porção sudeste da RDS Mamirauá, uma área anteriormente conhecida como “área focal” contando com cerca de 260.000 hectares. Em 2006 esta porção da reserva era habitada por 1.906 moradores, e a população de usuários, moradores da área de entorno, era cerca de 3.170 indivíduos, totalizando 5.076 indivíduos.

Na porção restante da RDS Mamirauá, uma área de quase 1 milhão de hectares, e conhecida anteriormente como “área subsidiária”, segundo levantamento populacional realizado em 2001, a população foi estimada em 4.244 moradores, contabilizando assim mais de 9.320 pessoas, sendo que 6.150 estão dentro dos limites da reserva.

A RDS Mamirauá forma um bloco territorial de conservação da biodiversidade bioregional da Amazônia, estando limítrofe à Reserva Extrativista - RESEX Auatí-Paraná e à RDS Amanã, situada na margem oposta do rio Japurá, que por sua vez é adjacente ao Parque Nacional - PARNA do Jaú, RESEX Rio Unini e este ao Mosaico de UC do Baixo Rio Negro. Estas UC estão ligadas a territórios indígenas que já foram ou estão em processo de decretação.

Acesso: A cidade de Tefé-AM é o principal local de operacionalização logística para acesso à RDS Mamirauá. O deslocamento até a cidade de Tefé se dá por via aérea e

fluvial (rio Solimões), ambos no itinerário Manaus-Tefé-Manaus. A cidade de Tefé dista menos de 30 km da extremidade sudoeste da RDS Mamirauá. Os deslocamentos à RDS Mamirauá são realizados por via fluvial uma vez que é circundada por corpos d'água. Durante o período em que o nível da água encontra-se baixo, existem canais de acesso aos subsistemas de 16 lagos da RDS Mamirauá. Cada um destes sistemas dá acesso a lagos. Entretanto, nos meses em que o nível da água sobe e inunda completamente as florestas da várzea da RDS, literalmente todo o seu perímetro oferece acesso para embarcações.

Atributos naturais: A RDS Mamirauá insere-se no ecossistema de várzea. A RDS Mamirauá está localizada entre a confluência dos rios Solimões e Japurá, próxima à cidade de Tefé, e o canal do Auatí-Paraná, estado do Amazonas, coberta por florestas e outras formações vegetais sazonalmente alagadas. Mamirauá é a maior UC em áreas alagadas do Brasil, e a única do país completamente inserida em área de várzea. A maior parte das áreas da reserva tem origem recente, menos de 10.000 anos de idade, no período Holoceno. A região é caracterizada por centenas de lagos, paranás, canos, pequenas ilhas, restingas ao longo dos canais e grandes pântanos que ficam interligados durante as cheias. Já foram registrados 499 lagos na RDS.

Biodiversidade: O ecossistema de várzea deve sua intensa dinâmica à forte influência do regime de águas. Por isso, a fauna encontrada na RDS Mamirauá apresenta um alto grau de endemismo e especiações. Uma das principais motivações para a criação da RDS Mamirauá foi à conservação do Uacari Branco (*Cacajao calvus calvus*). Na UC ocorre também um primata com um dos endemismos mais acentuados da Amazônia, o *S. vanzolinii*, que só ocorre em Mamirauá. Seus lagos abrigam mais de 300 espécies de peixes, o maior número já registrado para um ambiente de várzea, além de um grande número de aves aquáticas como garças e mergulhões. Mais de 340 espécies de aves, com destaque para o mutum piuri (*Crat globulosa*), extremamente raro em outros lugares. Mais de 200 espécies de árvores e cipós são conhecidas até o momento. Há ocorrência de espécies ameaçadas, como os quelônios (*Podocnemis expansa*, *P. unifilis* e *P. sextuberculata*) e ainda os felinos como *Felix spp*, *Panthera onça*, *Leopardus spp.* (gato maracajá) e onça pintada (*P. onça*).

Infraestrutura: A estrutura de gestão da RDS Mamirauá conta com apoio de suas entidades gestoras. Além de sua estrutura em Manaus associada à SEMA-AM, esta mantém um gestor da UC, que está baseado na cidade de Tefé. A infraestrutura de apoio à parte de apoio a ações na RDS Mamirauá está baseada na sede do Instituto de

Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM em Tefé, onde se encontram os escritórios que centralizam as ações de gestão comunitária e de monitoramento. Há também uma infraestrutura de apoio a ações de campo, representada por 2 bases flutuantes na RDS Mamirauá que estão interligadas com a comunicação por rádio VHF. Estas bases possuem múltiplos usos aos pesquisadores da referida instituição.

Socioeconômica: A população tradicional moradora da RDS Mamirauá tem a representação de ribeirinhos, pequenos agricultores, extrativistas e pescadores. A atividade da pesca na RDS Mamirauá é a mais importante geradora de emprego e renda da sua população. A principal atividade e experiência pioneira no Estado é o manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*) na RDS Mamirauá, ganhando notoriedade internacional e nacional, com a estruturação dessa cadeia produtiva. Na RDS Mamirauá há uma grande diversidade de espécies madeireiras, típicas do ambiente de várzea, que é tradicionalmente utilizado pelas comunidades para benfeitorias ou comercialização. Os principais artesanatos produzidos na região do Médio Solimões são confeccionados com matérias primas coletadas na floresta (cipós, barro, madeira, cuias, ouriços de castanhas do Brasil na Terra firme e sementes de Sapucaia da área de várzea) e escamas de pirarucu, que nos anos mais recentes são provenientes da pesca manejada. O Programa de Turismo de Base Comunitária vem sendo desenvolvido na Reserva Mamirauá desde 1998 através de um projeto de empreendimento do próprio Instituto Mamirauá com alguns serviços prestados pelos moradores e usuários da UC. Os serviços e equipamentos turísticos na RDS são oferecidos pela Pousada Uacari, cuja infraestrutura foi finalizada em 2001. A agricultura familiar é sazonal e plenamente aplicada em toda a RDS.

2.3. Histórico Jurídico: O arcabouço jurídico vinculado à gestão da RDS Mamirauá é composto por leis, decretos e portarias específicas. O primeiro deles foi à aprovação do Plano de Manejo (plano de gestão) em 1998, por meio do Decreto Estadual n.º 19.272/1998, de 08/09/1998.

Em 2006, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, por meio da Portaria n.º 22/2006, de 27/09/2006, reconheceu a RDS Mamirauá, código SIPRA AM0097000, localizada nos Municípios de Fonte Boa, Maraã, Uarini, Japurá, Tonantins e Jutaí, com área total de 1.332.471 ha, sendo 685.255 ha no Município de Fonte Boa, 352.775 ha no Município de Maraã, 253.378 ha no Município de Uarini, 18.148 ha no Município de Japurá, 18.040 ha no Município de Tonantins e 4.875 ha no

Município de Jutaí, visando atender 1500 famílias de pequenos produtores rurais; Determina que tal aprovação permite a RDS participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Grupo A.

Em 2010, foram aprovadas duas portarias sobre o Conselho Deliberativo da RDS Mamirauá. A primeira delas refere-se a aprovação do Regimento Interno do referido Conselho, através da Portaria n.º 009/2010, de 18/01/2010 da SEMA-AM (antiga SDS). A segunda, por sua vez, cria o Conselho e nomeia seus membros, por meio da Portaria n.º 015/2010, de 01/02/2010 do órgão gestor.

Em 2015, foi aprovada a primeira revisão do Plano de Gestão da RDS Mamirauá, por meio da Portaria n.º 048/2015, de 14/09/2015.

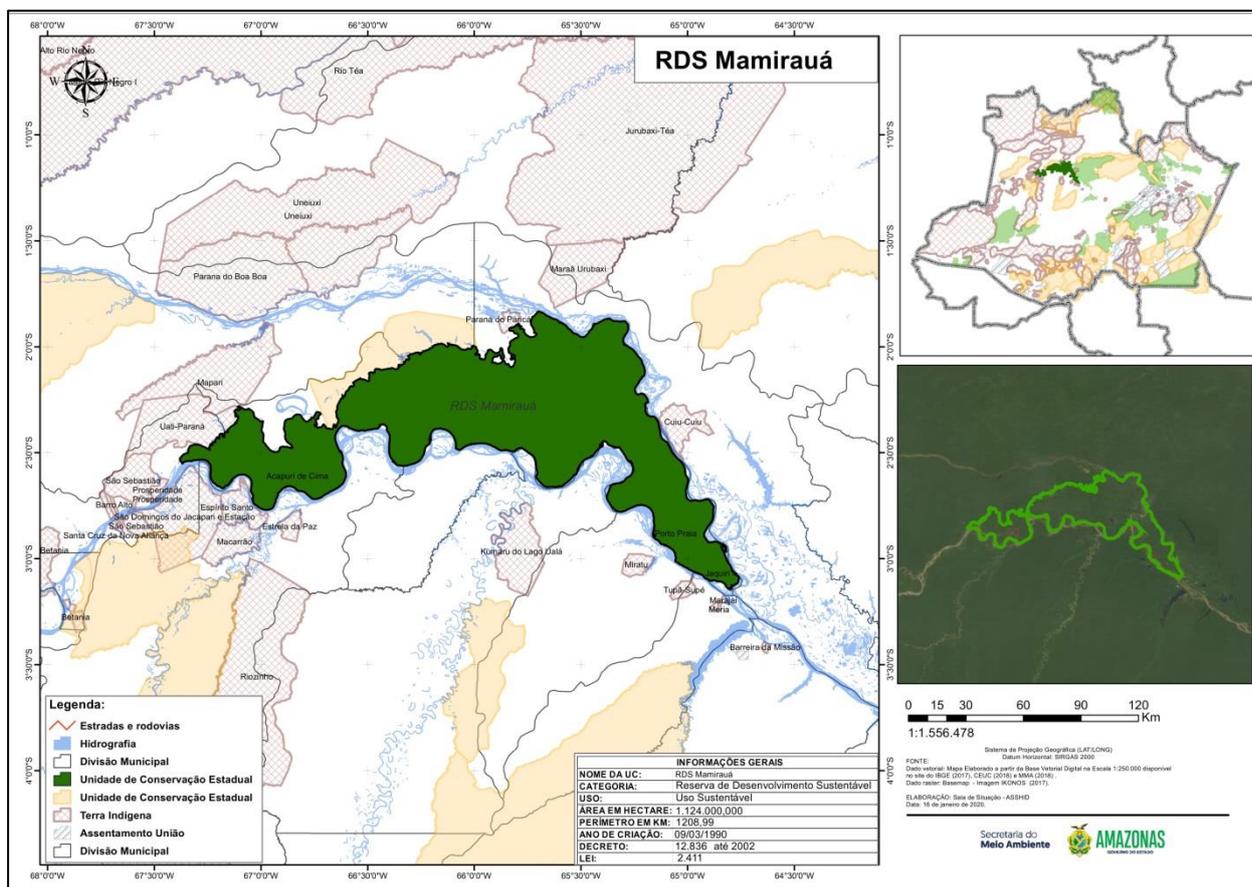


Figura 01. Localização da RDS Mamirauá/AM.

3. JUSTIFICATIVA

Passados 6 anos desde a aprovação da primeira revisão do Plano de Gestão, a RDS Mamirauá tem alcançado resultados satisfatórios junto ao Programa ARPA. A implementação tem acontecido graças às parcerias com a Sociedade Civil Mamirauá (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM), Prefeituras Municipais, Associações Comunitárias e Órgãos de Fiscalização Ambiental, como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Diante disso, seguindo os preceitos do SNUC/SEUC uma segunda revisão para a atualização de dados, informações, diagnósticos, (re)zoneamentos, regras de uso, programas e medidas de gestão do Plano de Gestão da RDS Mamirauá é necessária, com intuito de propiciar o aperfeiçoamento e ampliar a estratégia de gestão da reserva, bem como, priorizar atividades e recursos.

Em uma avaliação do Programa ARPA no ano de 2014, a RDS Mamirauá passou para a FASE III do Programa que garante recursos para a UC por um período de 25 anos. A conjuntura atual apresenta parcerias institucionais, atividades e projetos em andamento na RDS e a demanda das populações e organizações parceiras, as quais são altamente favoráveis à realização da presente contratação.

Salienta-se que a gestão de UC estaduais pelo Governo do Estado do Amazonas tem sido marcada pela inovação, por valorizar e assegurar a participação de atores envolvidos com a temática, principalmente as populações locais, e pela visão de integração das UC à estratégia de desenvolvimento do Estado.

Esse ambiente favorável vai ao encontro dos preceitos do inciso II do Art. 33 da Lei Federal n.º 9.985/2000, que trata da elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo. Na estrutura de gestão das UC estaduais do Amazonas, implantação de Plano de Gestão contempla a realização de revisão do Plano de Gestão com vista a atender a dinâmica de desenvolvimento e consolidação da UC estaduais.

4. OBJETIVO

Executar a revisão e atualização de dados, informações, diagnósticos, zoneamentos, regras de uso, programas e medidas de gestão do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Mamirauá abrangendo diretamente os municípios de Fonte Boa, Japurá, Maraã, Uarini e Tonantins no Estado do Amazonas.

5. OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- a) Revisar os limites geográficos da UC e seu entorno, verificando as porções territoriais dos municípios de abrangência da RDS Mamirauá, bem como, elaborar a minuta padrão de proposta de redelimitação da UC;
- b) Revisar o zoneamento e regras de uso da UC e seu entorno;
- c) Atualizar os dados e informações socioeconômicas da UC e seu entorno;
- d) Atualizar os dados e informações fundiários da UC e seu entorno;
- e) Atualizar os dados e informações sistematizadas sobre pesquisas e de uso público da UC e seu entorno;
- f) Diagnosticar as fragilidades, ameaças e ilícitos ambientais da UC e seu entorno, propondo ações de controle, monitoramento e mitigação;
- g) Diagnosticar e avaliar as potencialidades e os impactos socioeconômicos e ambientais dentro e no entorno da UC;
- h) Avaliar os impactos causados pela extração ilegal de madeiras, pesca ilegal, narcotráfico e roubos fluviais (piratas de rio) na UC e seu entorno;
- i) Elaborar Matriz de Planejamento sistematizada do Plano de Gestão da UC e seu entorno;
- j) Fornecer relatórios parciais das atividades realizadas;
- k) Disponibilizar relatórios em mídia digital e impressa;
- l) Fornecer a base geográfica digital (*shapefiles*) e os registros fotográficos das atividades e eventos.

6. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO

Os serviços de consultoria objeto deste Termo de Referência (TdR) seguirão as orientações da SEMA-AM, e as metodologias e estratégias apresentada no roteiro de “Elaboração e Revisão de Planos de Gestão de UC Estadual do Amazonas”. Todos os produtos serão supervisionados e aprovados pela SEMA-AM.

Além dos estudos demandados, a revisão e atualização de dados, informações, programas e medidas de gestão do Plano de Gestão da RDS Mamirauá deverá considerar os estudos e documentos atuais e já existentes sobre a reserva.

Os técnicos da SEMA-AM deverão, sempre que possível, participar das atividades de levantamentos e processamento das informações buscando proporcionar maior

envolvimento da equipe com as metodologias e resultados desta consultoria, para fins de monitoramento e avaliações futuras dos documentos.

A CONTRATADA deverá apresentar os produtos em versão preliminar, em formato digital, para análise da SEMA-AM. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida equipe, a CONTRATADA deverá proceder às alterações até que o produto atenda às exigências solicitadas, chegando à versão final, que deverá ser entregue em formato digital e impresso, conforme especificação dos produtos. A SEMA poderá solicitar até no máximo duas revisões de cada produto entregue, com prazo de retorno a contratada de até dez dias. O pagamento pelos produtos será realizado após sua aprovação.

A CONTRATADA deverá se deslocar, conforme programação a ser estabelecida no plano de trabalho à sede da UC objeto da Consultoria, localizada em Tefé-AM e à sede da SEMA-AM em Manaus-AM.

Para elaboração da agenda de campo, a CONTRATADA deverá planejar a logística das atividades, considerando o prazo de mobilização social para operacionalização das reuniões comunitárias, bem como, as distâncias e locação de espaços comunitários para realização das ações.

Para as atividades de coleta de campo para fins socioeconômico e de planejamento estratégico, deverá ser constituída agenda de trabalho com prazos estipulados e autorização prévia do Órgão Gestor.

Em virtude dos últimos anos haver a ocorrência de fortes ilícitos relacionados ao narcotráfico e roubos (piratas de rio) na RDS Mamirauá, a CONTRATADA necessitará do apoio presencial de segurança pública integrada, ficando sob a sua responsabilidade requisitar junto a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas – SSP-AM, com a anuência da SEMA-AM.

Também para fins de operacionalização logística, a CONTRATADA, deve atentar para o período de sazonalidade de cheia e vazante dos rios no que tange o acesso as populações, comunidades, setores e áreas estratégicas dessa região. Sugerimos que as atividades de campo sejam realizadas no período médio das cheias dos rios, que compreende de abril a junho.

A concepção metodológica a ser desenvolvida no TdR incorpora o princípio inicial de envolvimento dos participantes em sua realidade, considerando seu modo de vida, vias de acesso e atividades econômicas dos personagens envolvidos no processo e

comprometimento de participação consciente o suficiente para observar as questões sociais, políticas, ética e de cidadania de sua região.

Para que as lideranças possam participar ativamente da Oficina de Planejamento Participativo - OPP (que implica em tomada de decisão, cumprimento de regras estabelecidas, respeitando as falas, ideias e conhecimento) se faz necessário que estejam instrumentalizadas e conscientes sobre o seu papel enquanto agente participativo, capaz de se manifestar e descrever sobre a realidade em que vivem.

Os primeiros passos para a revisão do Plano de Gestão da RDS Mamirauá é munir os participantes das comunidades com as informações pertinentes e existentes em cada comunidade e na região da sede municipal, devendo considerar ainda que a RDS Mamirauá também tem influência nos municípios de Jutai, Alvarães, Fonte Boa, Tonantins e Santo Antônio do Içá. Devido a área de influência da RDS englobar esses municípios, está sendo solicitado a revisão de seu polígono.

7. ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades relacionadas à revisão do Plano de Gestão da RDS Mamirauá serão desdobradas em cinco etapas, conforme consta abaixo:

ETAPA1 – Organização do Plano de Trabalho.

Participação de dois representantes da CONTRATADA em Reunião de Organização do Planejamento, com duração de 03 dias, na cidade de Manaus/AM, para apresentação do Plano de Trabalho objeto desse TdR para a SEMA-AM, em até 15 dias após a assinatura do contrato.

Nesta Reunião serão definidas e niveladas, as estratégias e metodologias, logísticas e cronograma das etapas de revisão do Plano de Gestão, a ser incluídas em um cronograma detalhado, conforme modelo a ser disponibilizado pela CONTRATADA. Nessa fase, será disponibilizado à CONTRATADA o banco de dados de informações sobre a UC, de posse da SEMA-AM, além das referências legais, técnicas e metodológicas que nortearão a revisão do Plano de Gestão.

Produto 1: Plano de Trabalho contendo o Cronograma detalhado e sistematizado, que definirá as atividades, responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico-financeiro, prazos e insumos necessários, em formato digital.

ETAPA 2 – Sistematização e análise das informações disponíveis.

A revisão do plano de gestão requer buscar, sistematizar e analisar dados pré-existentes sobre o meio físico, biótico, socioeconômico, fundiário, pesquisa, uso público – Volume I; Zoneamento, regras de uso e programas de gestão – Volume II, relacionados ao Plano de Gestão vigente, e demais dados e informações oficiais, seguindo o Roteiro Metodológico de Elaboração de Planos de Gestão da SEMA. Esse documento será à base do Diagnóstico para a atualização das informações do Plano de Gestão da UC, a qual será elaborado segundo definição na Etapa 1 – Plano de Trabalho, com a identificação do material relevante aos planejamentos, e as respectivas lacunas de informação.

Todas as referências utilizadas deverão ser disponibilizadas em um banco de informações que acompanharão o Diagnóstico preliminar.

Produto 2: Diagnóstico preliminar com informações sobre o meio físico, biótico, socioeconômico, fundiário, pesquisa, uso público – Volume I; Zoneamento, regras de uso e programas de gestão – Volume II, relacionados ao Plano de Gestão vigente, em formato digital.

ETAPA 3 – Levantamento, Reuniões Abertas e Diagnósticos de Campo.

Levantamento de Campo e Reuniões Abertas

Com base no diagnóstico apresentado no Produto 2, a CONTRATADA realizará as atividades de campo conforme metodologias apresentadas no Produto 1 e seguindo as orientações discriminadas abaixo para atividades de coleta de dados primários.

Participar de Levantamento de Campo em que será realizada uma incursão às áreas da UC juntamente com o Coordenador Geral da CONTRATADA e da equipe gestora da UC, com duração aproximada de 40 dias ao todo. Em paralelo serão realizadas as Reuniões Abertas.

Essa Etapa tem por objetivo obtenção de dados primários em campo (socioeconômico, fundiário, pesquisa, uso público, zoneamento, regras de uso e programas de gestão) e o conhecimento da situação local, cabendo à CONTRATADA elaborar e realizar consultas/entrevistas amostrais, participativas e colaborativas junto

com os moradores, bem como, demais usuários que se relacionam direta e indiretamente com a UC e seu entorno.

Estes levantamentos e as reuniões abertas serão executados em duas áreas estratégicas, Área 01 - Solimões e Área 02 - Auatí-Paraná/Japurá (Fig. 02), a qual será dividida em duas logísticas fluviais específicas. Salienta-se que a RDS Mamirauá possui em média 20 Setores geográficos e 200 comunidades distintas, com acesso pelos rios Solimões, Auatí-Paraná e Japurá. Durante esse período serão realizadas 30 Reuniões Abertas (15 reuniões para a Área 01 e 15 para Área 02) em Centros Comunitários existentes nas Comunidades da RDS Mamirauá. Durante essa etapa, a equipe geral de execução ficará hospedada na embarcação utilizada para a atividade.

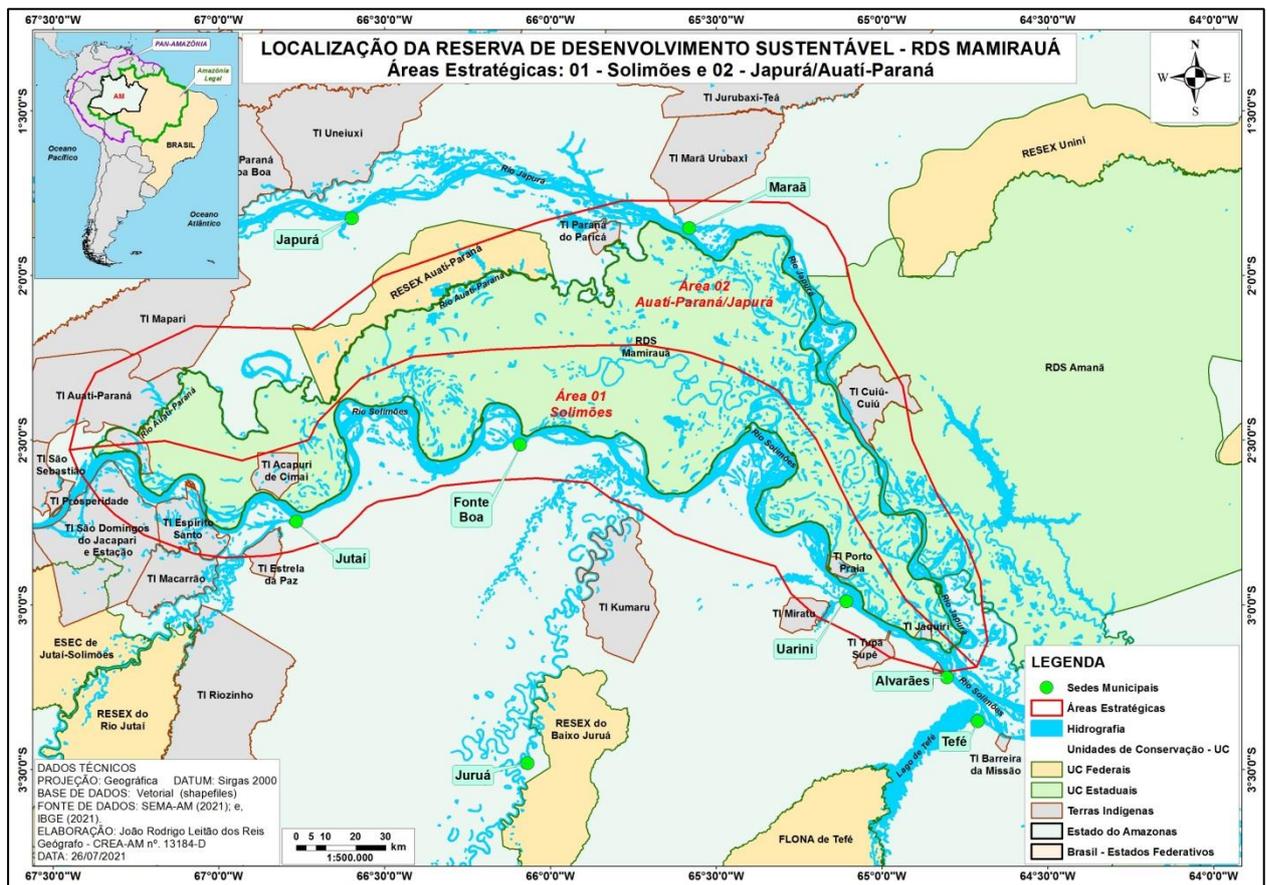


Figura 02. Áreas Estratégicas da RDS Mamirauá.

As 15 Reuniões Abertas em cada uma das áreas estratégicas da RDS Mamirauá, buscará abranger os 20 setores e 200 comunidades da reserva, sem a necessidade de locação de espaço. Essas reuniões deverão envolver os principais grupos sociais, como: instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, pesquisadores,

usuários da UC, lideranças locais, entre outros. Tem como objetivo informar/divulgar os trabalhos e coletar dados para a revisão do Plano de Gestão, com o possível preenchimento de lacunas identificadas no diagnóstico preliminar e levantamento de informações adicionais.

A mobilização para a realização das 30 reuniões deve ser executada pela CONTRATADA durante a etapa de reconhecimento de campo. Cada reunião deverá ter a duração aproximada de 06 horas cada uma. A CONTRATADA deverá prover alimentação para um número médio de 120 participantes, durante a realização destas reuniões e não será necessária a locação de espaço para o acontecimento das mesmas, pois tanto as comunidades como a UC dispõem de espaço para as reuniões.

Estimativa sobre a população da UC		
	N. de Localidades	N. de Famílias
Moradores	136	1.249
Usuários	73	1.036
Moradores/Usuários	2	48
Total	211	2.333

Fonte: IDSM, 2019

Nas Reuniões serão apresentados e aferidos os produtos elaborados na Etapa 2 e realizados levantamento/atualização de informações sobre as UC junto à sociedade, identificadas expectativas, avaliadas sua visão em relação à RDS, bem como, identificado possíveis participantes da Oficina de Planejamento Participativo (OPP).

Durante as reuniões serão empregados distintos recursos e métodos participativos que possibilitem conhecer as características da população, o modo de produção local, a relação das comunidades com a natureza e suas expectativas em relação à RDS Mamirauá, bem como, o levantamento das origens e o nível que se encontram os conflitos existentes na UC. Para nortear as discussões com a população é interessante conhecer o uso que estas fazem do espaço e dos recursos naturais, qual a sua relação com a RDS, identificando-se as potencialidades fragilidades e limitações existentes.

A CONTRATADA deverá iniciar de forma participativa 30 reuniões para a elaboração do **Modelo Conceitual** da UC com base nos *Padrões Abertos para a Prática da Conservação* (Alvos de Conservação, Serviços Ecossistêmicos, Alvos de Bem-Estar Social e Ameaças) e apresentar com base no método, os conceitos, graus de

interferência, tabelas e outras facetas dos métodos que possam levar o grupo a refletir sobre o que se pretende alcançar para consolidação UC de acordo com seus objetivos.

A CONTRATADA deverá atualizar os Diagnósticos da RDS Mamirauá com base nos possíveis estudos já existentes, Reconhecimento de Campo e Reuniões Abertas, diagnóstico e outras informações obtidas e encaminhar para a SEMA-AM, previamente à reunião dessa etapa. O produto deve obrigatoriamente indicar:

- I. Promover a gestão da UC, orientado pelo conhecimento disponível e gerado;
- II. Estabelecer a diferenciação e intensidade de uso mediante zoneamento, visando a proteção de seus recursos naturais e culturais;
- III. Revisar e atualizar as zonas de uso das comunidades;
- IV. Revisar e atualizar as regras de uso dos recursos naturais;
- V. Ordenar atividades de uso público, de forma que fique garantida a conservação dos recursos naturais da UC, a sensibilização dos visitantes para com a natureza e o retorno de benefícios para as populações locais;
- VI. Integrar a UC com as populações e sua área de entorno;
- VII. Identificar fontes de recursos financeiros e orientar a aplicação dos mesmos na UC;
- VIII. Fortalecer a proteção da UC, através de um programa de proteção e vigilância;
- IX. Elaborar o Programa de Incentivo e Apoio à Pesquisa na RDS Mamirauá;
- X. Estabelecer participativamente as regras de uso da UC.

Além dos produtos, nessa etapa, a CONTRATADA, por meio do Coordenador Geral, deverá participar de uma reunião técnica de até 2 (dois) dias em Manaus-AM, onde será avaliado o Diagnóstico Preliminar da Unidade de Conservação, as propostas de zoneamento e a condução dos trabalhos da OPP.

Após essa reunião deverá ser entregue a versão Preliminar do Diagnóstico da UC.

Levantamento Socioeconômico

A atualização dos dados e informações sobre moradores da RDS Mamirauá deverá abranger a identificação do quantitativo de população e análise socioeconômica integral. Para tanto, a SEMA-AM fornecerá um questionário padrão que poderá ser ajustado, caso necessário, pela CONTRATADA, com anuência da SEMA-AM.

A CONTRATADA deverá efetuar uma análise da situação de evolução do

quantitativo populacional considerando os dados de monitoramento quinquenal do IDSM. Deve-se (re)identificar infraestrutura e instalações de apoio social, comunitário e econômico (escolas, postos de saúde, microagroindústrias) na UC e seu entorno.

Em decorrência da situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), devem ser elaboradas diretrizes para adaptação ao contexto político-institucional e biossanitário durante e pós calamidades públicas e a ocorrência de riscos e desastres socioambientais na RDS Mamirauá. A partir disso, a CONTRATADA deve elaborar relatório, que comporá o diagnóstico geral, sobre o índice de doenças infectocontagiosas e endêmicas nas comunidades da UC, assim como, as condições possíveis de disseminação de contaminações na UC.

Outro aspecto a ser diagnosticado é o atual contexto de atuação das organizações associativas e lideranças comunitárias existentes nas comunidades da RDS Mamirauá, e a relação entre as mesmas.

Caracterização da situação fundiária

A CONTRATADA deverá caracterizar a situação fundiária das áreas ocupadas por moradores, localizadas no interior e no entorno da UC, assim como, identificar conflitos existentes ou potenciais na Reserva, bem levantamentos nos órgãos de terra e informações cartoriais municipais, conforme itens abaixo:

I – Glebas, verificando tamanho e percentual na RDS;

II – Ocupações irregulares e invasões;

III – Propriedades particulares (Títulos Definitivos, Títulos Provisórios e Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU individuais);

IV – Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU coletivo da RDS;

V – Limites municipais abrangidos pelo atual polígono da RDS;

VI – Sobreposições de Terras Indígenas e UC federais com a RDS Mamirauá.

Levantamento das cadeias produtivas

Deverão ser mapeadas, reconhecidas e divulgadas as cadeias produtivas da sociobiodiversidade e os negócios verdes existentes na RDS Mamirauá. Deverão ser apresentadas informações sobre as formas de uso dos recursos, cadeias produtivas e suas potencialidades (atividades, processos e relações de trabalho), dimensões (área explorada e renda gerada) e produtos ou serviços (agrícolas, pecuários, pesca ou turísticos) gerados da sociobiodiversidade.

Também deverão ser verificados os impactos ambientais diretos, perda no abate

e transporte, extração de produtos não madeireiros e madeireiros. A verificação da existência não de alternativas ambientalmente sustentáveis em cada região tendo em vista a substituição de práticas econômicas que gerem impactos negativos da RDS Mamirauá.

Analisar a implementação de certificação ou selo de procedência, ou reconhecimento de indicação geográfica da RDS Mamirauá, nos produtos e serviços já desenvolvidos ou que possam ser implementados no seu território.

Os dados coletados e levantados devem estar georreferenciados e sistematizados em banco de dados, devendo a referência espacial compor um sistema de informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArView. O formato para a representação cartográfica será do IBGE. A escala de trabalho deverá ser a de 1.250.000, ou escala maior quando for necessário melhor detalhamento. O registro espacial dos dados e informações deverá ser compatível com a escala adotada, de modo a não haver impropriedade espacial de registro.

Diagnóstico das Atividades de Pesquisa

No Diagnóstico das Atividades de Pesquisa deverão ser levantados, sistematizados e analisados o quantitativo e a natureza dos projetos de pesquisa acadêmica, técnicos e privados planejados, executados ou em desenvolvimento na RDS Mamirauá, com o objetivo de verificar o que já se possui de dados e informações científicas sobre a RDS e identificar lacunas de conhecimento científico que necessitam ser preenchidas e incentivadas.

Para tanto, também haverá necessidade de se analisar o quantitativo e qualidade das autorizações de pesquisa e visita técnica emitidas pela SEMA-AM, assim como, avaliados o número de pesquisadores, docentes, estudantes e demais usuários vinculados ao desenvolvimento de pesquisas, e qual o atual suporte operacional, técnico e de monitoramento existente na RDS Mamirauá.

Caberá a CONTRATADA a formulação do "Programa de Incentivo e Apoio à Pesquisa na RDS Mamirauá", contendo o detalhamento das medidas de auxílio administrativo e operacional aos pesquisadores, assim como, discriminado as áreas de maior carência na geração de conhecimento e indicação de pesquisas prioritárias a serem desenvolvidas, de forma a fortalecer a divulgação da RDS Mamirauá e atrair cientistas/pesquisadores.

A CONTRATADA deverá elaborar mapas da RDS Mamirauá em formato A4, A3 e A0 apresentando a espacialização da localização das áreas da RDS Mamirauá onde

ocorrem pesquisas científicas ou monitoramento técnico-científico, destacando a sazonalidade e as condições de acesso. No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para o local da pesquisa a partir do núcleo (s) urbano (s) mais próximo (s) e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva do turismo no entorno da UC. Os mapas e croquis deverão ser entregues também em meio digital, em arquivos abertos à edição.

Zoneamento

Com base no Diagnóstico Preliminar, a CONTRATADA deverá apresentar uma proposta de zoneamento para a UC, de forma integrada, que após aprovação da SEMA-AM, servirá de base para a discussão na OPP.

Caberá a CONTRATADA também verificar e qualificar as sobreposições territoriais e institucionais às Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade e Proteção do Patrimônio Espeleológico, Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade, Corredor Central da Amazônia – CCA e demais corredores ecológicos, Mosaico de Áreas Protegidas, Geoparques, Reserva da Biosfera da Amazônia Central - RBAC, Sítios Ramsar, Áreas de Interesse de Conservação de Morcegos – AICOM e Aves – IBA, Sítios Arqueológicos e Espeleológicos, Terras Indígenas e Quilombolas, Assentamentos Rurais e UC federais e municipais, incluindo as Reservas Privadas (RPPN). Deverá ser realizada abordagem para cada terminologia, e consolidada Matriz de sistematização dos dados, contendo os valores de sobreposição territorial.

Após esse diagnóstico, a CONTRATADA deverá construir programa de gestão integrada específico que se relacione com os planos de ação dos Territórios Institucionais sobrepostos.

Diagnóstico de uso público

No Diagnóstico de Uso Público deverão ser caracterizadas as atividades potenciais ou já realizadas (mesmo que informalmente) referentes, bem como a infraestrutura e equipamentos de apoio já existentes ou propostos. Devem ser relacionadas às informações necessárias para o entendimento da dinâmica de visitação e sua evolução (acessos à UC, municípios de onde vem à demanda de visitação, desenvolvimento do turismo no entorno, perfil do visitante, infraestrutura planejada caso exista, áreas com indicação de potencial para visitação e principais grupos de interesse). Com base nos levantamentos deverão ser identificadas as possíveis oportunidades e ameaças advindas das atividades econômicas ocorridas no entorno. Devem também ser

consideradas as atividades de visitação que ocorrem no entorno ou nas cidades com maior potencial emissor de visitantes.

Ele deverá ser elaborado segundo o método ROVAP (Rol de Oportunidades para Visitação em Áreas Protegidas) e ser composto de forma a avaliar a viabilidade de sua implementação. Caso seja observado potencial de implementação, o diagnóstico deverá orientar a implementação gradual do Uso Público na UC, apresentando a estrutura mínima necessária. O diagnóstico de uso público deve ser orientado aos usos permitidos para as diferentes categorias de UC.

Com a utilização do ROVAP, identificar, caracterizar e analisar as áreas onde o uso público atual é informal, incipiente, desorganizado ou inexistente:

- Identificar os locais, dentro das UC, onde potenciais atividades de visitação serão propostas e seus atributos naturais, com descrição do meio físico onde estão inseridas e suas áreas de entorno;
- Descrever os prováveis impactos econômicos e ambientais do início ou incremento dessa visitação;
- Apontar formas de potencializar essas oportunidades através da identificação de nichos de mercado a serem explorados, buscando sempre minimizar os riscos para a conservação da Unidade;
- Descrever a infraestrutura mínima necessária para a abertura de cada roteiro, com descrição das características do acesso ao atrativo;
- Sugerir temáticas a serem abordadas em cada roteiro;
- Sugerir programas ou negócios que possam ser desenvolvidos pelas UC por meio de delegação de serviços, através de autorizações, permissões e/ou concessões, priorizando, sempre que possível à integração da comunidade local no processo abertura do uso público da UC;
- Sugerir estratégias de monitoramento de cada roteiro/atividade quanto à qualidade da experiência dos visitantes e aos impactos ambientais de seu funcionamento.

Elaborar mapas das UC em formato A4, A3 e A0 apresentando:

Todas as áreas de visitação identificadas, destacando:

- ✓ Categoria de uso dos atrativos, conforme metodologia ROVAP;
- ✓ Sazonalidade;
- ✓ Condições de acesso.
- No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para os atrativos a partir do núcleo (s) urbano (s) mais próximo (s) e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva do turismo no entorno da UC.
- Os mapas e croquis deverão ser entregues também em meio digital, em arquivos abertos à edição.

Propor priorização da implementação do Programa de Uso Público (PUP), com base nas prioridades identificadas, a ser utilizada pela equipe das UC como ferramenta de planejamento a ser adaptada conforme as possibilidades que forem se apresentando.

Plano de Proteção

A CONTRATADA realizará um diagnóstico para compreensão dos problemas e situações conflituosas em relação ao uso dos recursos naturais na RDS Rio Madeira.

Deverá construir um planejamento para discutir e estabelecer as estratégias dos programas e ações, bem como parcerias para a implementação de ações de Proteção na UC.

Finalmente a Contratada deverá integrar os resultados em uma proposta final em um Plano de Proteção, identificando os pontos onde existe conflito, construindo as alianças estratégicas com os diferentes atores institucionais.

Programas de gestão

Após esse diagnóstico, a CONTRATADA deverá construir programa de gestão integrada específico que se relacione com os planos de ação dos Territórios Institucionais sobrepostos.

Será obrigatório a CONTRATADA elaborar a atualização da Matriz de Planejamento sistematizada da RDS Rio Madeira, contendo todos os programas de gestão, subprogramas, as atividades (medidas de gestão), meios de verificação (indicadores), Pré-Requisitos, Parceiros Institucionais e Prazos (contados em meses).

Produto 3: Versão Preliminar com os resultados do Levantamento de Campo, 30 Reuniões Abertas referentes ao Diagnóstico Socioeconômico, Uso dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas, das Atividades de Pesquisa e Sobreposições Territoriais e de Uso Público, Plano de Proteção e Versão Preliminar do Diagnóstico e Matriz de Planejamento em versão digital e do Zoneamento para discussão na OPP.

ETAPA 4 - Oficina de Planejamento Participativo - OPP

A CONTRATADA, deverá apresentar para equipe técnica da SEMA uma proposta preliminar de identificação de estratégias a serem utilizadas na gestão da RDS Mamirauá. Nesta etapa serão identificadas a missão e a visão de futuro da UC; o zoneamento e as regras de uso dos recursos naturais, estratégias de ação da unidade e programas de gestão e prazos para sua implementação.

A CONTRATADA deverá conduzir, juntamente com a SEMA-AM, a Oficina de Planejamento Participativo - OPP, evento de 02 dias em cada um dos 20 setores da RDS Mamirauá, ou seja, 20 reuniões, compreendendo em média 120 representantes por reunião, 6 horas de atividade.

As diretrizes de planejamento serão trabalhadas de forma coletiva. Caberá a CONTRATADA, com apoio e orientações do Gestor da UC, realizar a mobilização das pessoas ou instituições, organizar e custear a reunião (transporte, alimentação, material de expediente). O local das reuniões será disponibilizado pelas comunidades das respectivas áreas estratégicas.

Caberá a CONTRATADA também designar profissionais de sua equipe para moderar e relatar a OPP. É obrigação da CONTRATADA, também, custear as despesas do Coordenador Geral, que deverá estar presente.

Na oficina deverá ser apresentada pela CONTRATADA o resumo do Diagnóstico preliminar da UC.

Em seguida, a oficina deverá ser orientada com base nas metodologias de *Padrões Abertos para a Prática da Conservação* (CMP, 2007) para o refinamento do **Modelo Conceitual** da RDS e respectivas análises estratégicas, de acordo com as orientações da SEMA-AM.

As propostas de zoneamento interno e das zonas de amortecimento da RDS serão trabalhadas a partir de ferramentas participativas, do diagnóstico e dos mapas situacionais já produzidos, que deverão ser entregues em formato digital em tamanho

A3 e A0, e impressos em tamanho A0 para serem levados para a Oficina pela CONTRATADA.

Produto 4: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) em versão digital, contendo informações revisadas e atualizadas sobre o Diagnóstico socioeconômico, zoneamento, regras de uso, fundiário, plano de proteção e os programas de gestão da RDS Mamirauá, devendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA-AM.

ETAPA 5 – Apresentação da Revisão e Atualização do Plano de Gestão ao Conselho Deliberativo e Versão final da Revisão e Atualização do Plano de Gestão da RDS Mamirauá

Apresentar a versão consolidada da Revisão do Plano de Gestão da RDS Mamirauá, para o Conselho Deliberativo da RDS, em 01 Reunião na Cidade de Tefé/AM, com esta finalidade, registrada em Ata. Sendo uma reunião de aproximadamente 08 horas com duração de dois dias com cerca de representação de 120 pessoas.

A logística e custos da reunião ficarão a cargo da CONTRATADA, incluindo a mobilização, alimentação, hospedagem e deslocamento dos conselheiros até o local da reunião. Caberá à CONTRATADA viabilizar a participação do Coordenador Geral.

Após a apresentação ao Conselho Deliberativo, a SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizado, pela SEMA-AM.

A CONTRATADA deverá elaborar ainda um Relatório documentando e analisando todo o processo de revisão do Plano de Gestão da RDS Mamirauá, registrando os problemas encontrados, as lições aprendidas e as recomendações correspondentes para melhoria do processo de planejamento e revisão do Plano de Gestão das UC.

Produto 5: Relatório da Reunião de Apresentação da Revisão do Plano de Gestão da RDS Mamirauá no Conselho Gestor em versão digital e impressa (duas cópias); Versão final da Revisão do Plano de Gestão em formato digital aberto, e impressa em 02 cópias (com envio de duas cópias para a SEMA-AM Sede, uma via digital para o FUNBIO); Versão resumida ilustrada em linguagem acessível às comunidades da RDS Mamirauá

em versão digital e impressa (duas cópias); e Relatório do processo de revisão do Plano de gestão da RDS Mamirauá em versão digital e impressa (duas cópias).

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os produtos intermediários e os produtos finais deverão ser escritos em língua portuguesa e entregues em sua versão final por meio digital (*Pen Drive*), gravados no formato adobe PDF, assim como 01 (uma) via original, impressa em qualidade “*Laserprint*” ou similar, em papel formato A4, de acordo com as Normas Brasileiras (ABNT), com exceção dos mapas, desenhos e gráficos, em que poderão ser utilizados outros formatos para sua perfeita compreensão.

A formatação dos documentos, tanto na versão preliminar, como na final, deverá observar as seguintes características:

- Programa: Word;
- Texto: ARIAL 12, justificado;
- Páginas numeradas;
- Numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1., etc.);
- Tamanho A4 do papel;
- Margens da página: superior/inferior - 2 cm, esquerda - 3 cm, direita -2 cm
cabeçalho/rodapé: 1,6 cm;
- Sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda;
- Espaço de uma linha entre parágrafos;
- Espaçamento de 1,5 linhas no documento preliminar e 1,0 linha (simples) na versão final.

Também devem ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários:

- Tabelas, quadros, croquis e quaisquer outras instruções deverão estar enumerados e apresentar legendas e títulos completos e autoexplicativos.
- As siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas e deverá aparecer uma relação das siglas utilizadas no início do documento.

- As palavras em outros idiomas deverão vir em itálico.
- Nomes científicos também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, seguidos ou antecidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto.
- Os nomes populares compostos deverão ter hífen sempre que justificado. Nomes populares estarão sempre em minúsculas.
- Autores e obras citadas deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data.

Todo o material cartográfico deverá ser entregue em duas vias impressas e em meio digital, nos formatos mais apropriados para apresentação, discutidos e aprovados pela equipe de trabalho da SEMA-AM.

Todas as informações georreferenciadas (base de dados), bem como os mapas decorrentes, deverão ser construídos nos formatos ArcInfo, Arcview, ArcMap e Access, em conformidade com o modelo de dados do sistema de informações geográficas estruturado. Todos os dados produzidos deverão ser entregues no formato digital, em *Pen Drive* e impressos em 02 (duas) vias em papel. Todas as imagens utilizadas, incluindo as de satélite, deverão ser entregues georreferenciadas, juntamente com os seus arquivos de posicionamento cartográfico observando o DATUM usado no país.

Toda a base cartográfica digital, constituída ou adquirida, pela CONTRATADA no formato *Shapefile* deverá obrigatoriamente ser disponibilizada à SEMA-AM, no momento da entrega do produto final, assim como, os memoriais descritivos pertinentes.

A CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO em meio digital (e-mail ou *Pen Drive*), devidamente aprovados pela SEMA-AM.

9. CRONOGRAMA E FORMA DE PAGAMENTO

A duração total dos trabalhos para conclusão da revisão e atualização do Plano de Gestão da RDS Mamirauá está estimada em no máximo 12 meses, mas é tolerada a conclusão antecipada. Este período total, ou outro de menor duração que pode ser apresentado pela CONTRATADA, deve estar organizado em um cronograma que indique o tempo de execução de cada uma das atividades propostas e número de dias, referidos do início do trabalho até a data em que serão entregues os produtos.

O pagamento da CONTRATADA será realizado de forma contínua e imediatamente à aprovação dos produtos requeridos no item 10, conforme descrito a seguir:

	Etapas	Valor (%)	Prazo (dias) – após assinatura do contrato
1	Produto 1: Plano de Trabalho contendo o Cronograma detalhado e sistematizado, que definirá as atividades, responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico-financeiro, prazos e insumos necessários, em formato digital e impresso (duas cópias).	5	Até 15 dias
2	Produto 2: Diagnóstico preliminar com informações sobre o meio físico, biótico, socioeconômico, fundiário, pesquisa, uso público – Volume I; Zoneamento, regras de uso e programas de gestão – Volume II, relacionados ao Plano de Gestão vigente, em formato digital.	10	Até 45 dias
3	Produto 3: Versão Preliminar com os resultados do Levantamento de Campo, 30 Reuniões Abertas referentes ao Diagnóstico Socioeconômico, Uso dos Recursos Naturais e Cadeias Produtivas, das Atividades de Pesquisa e Sobreposições Territoriais e de Uso Público, Plano de Proteção e Versão Preliminar do Diagnóstico e Matriz de Planejamento em versão digital e do Zoneamento para discussão na OPP.	25	Até 155 dias
4	Produto 4: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) em versão digital, contendo informações revisadas e atualizadas sobre o diagnóstico socioeconômico, zoneamento, regras de uso, fundiário, plano de proteção e os programas de gestão da RDS Mamirauá, devendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA-AM.	25	Até 240 dias
5	Produto 5: Relatório da Reunião de Apresentação da Revisão e Atualização do Plano de Gestão da RDS Mamirauá no Conselho Gestor em versão digital e impressa (duas cópias); Versão final da Revisão e Atualização do Plano de Gestão em formato digital aberto, e impressa em 02 cópias (com envio de duas cópias para a SEMA-AM Sede, uma via digital para o FUNBIO); Versão resumida ilustrada em linguagem acessível às comunidades da RDS Mamirauá em versão digital e impressa (duas cópias); e Relatório do processo de revisão do Plano de gestão da RDS Mamirauá em versão digital e impressa (duas cópias).	35	Até 365 dias

Qualquer alteração no cronograma, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

Todos os gastos com materiais de consumo, equipamentos, transporte e alimentação necessários para a expedição de campo e realização das oficinas serão fornecidos pela CONTRATADA, dentro das regras que o mesmo estabelece para contratação de consultoria de pessoa jurídica.

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com recursos do Programa ARPA, após a aprovação deste TdR pelo Ponto Focal e pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP, do Ministério do Meio Ambiente.

10. DADOS, SERVIÇOS LOCAIS, PESSOAL E INSTALAÇÃO PELO CLIENTE.

Todos os gastos com materiais de consumo, equipamentos, administração e pessoal necessário, correrão por conta da CONTRATADA e deverão fazer parte da sua proposta. Serão disponibilizados pela SEMA-AM mapas, croquis e demais informações e apoio relevantes à área da RDS Mamirauá.

11. SUPERVISÃO

O acompanhamento e supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da SEMA-AM. A CONTRATADA fornecerá à SEMA-AM todos os elementos necessários ao processo de acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados para a elaboração do projeto. Será estabelecido na equipe de trabalho da SEMA-AM um interlocutor para interagir com a consultoria, que fará seus contatos através do mesmo ou de pessoas por esse interlocutor autorizadas.

A SEMA-AM e os financiadores terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste TdR, mediante a prévia coordenação de suas ações e participações do interlocutor da equipe de trabalho com a consultoria.

A CONTRATADA fornecerá informações complementares e considerará na reformulação dos documentos as solicitações e observações da equipe de trabalho. Essas solicitações de dados complementares e alterações devem ser efetuadas por escrito e somente poderão repetir-se para um mesmo documento, no caso de não atendimento do solicitado.

12. PRAZOS

A consultoria será realizada em até 365 dias, a contar da assinatura do contrato.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (nota fiscal, fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas se forem o caso). Os prazos de avaliação de cada produto por parte do órgão gestor, e da CONTRATADA, estão descritos no cronograma de desembolso.

13. OBRIGAÇÕES

13.1 Obrigações da CONTRATADA

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação e honorários de sua equipe, bem como os custos de permanência de sua equipe no período compreendido de execução do contrato. É de responsabilidade da CONTRATADA ainda todos os outros custos com logística (alimentação, combustível, embarcações e demais veículos, piloteiros, cozinheiras, entre outros serviços prestados), itens individuais, e materiais e equipamentos para a realização das atividades.

As mobilizações de todas as reuniões, com exceção da Reunião do Conselho Gestor da RDS Mamirauá, ficarão por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste TdR.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a SEMA-AM, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

13.2 Obrigações da CONTRATANTE

Os mapas e o banco de dados de SIG e os estudos de análise das UC serão fornecidos pela SEMA-AM, sem prejuízo do andamento dos trabalhos, cabendo a contratada solicitar formalmente.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA-AM.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da equipe técnica da SEMA-AM e será realizada em até 10 dias úteis da data de entrega, podendo solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão, em até no máximo duas revisões.

14. AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

14.1. Qualificação da Consultoria

A experiência da CONTRATADA será comprovada mediante apresentação de atestados que comprovem sua experiência em planejamento ambiental (elaboração e revisão de planos de gestão de UC).

14.2. Qualificação da equipe profissional

A equipe da consultoria CONTRATADA deverá atender as seguintes qualificações:

Descrição do Perfil do Coordenador Geral: Formação acadêmica plena, preferencialmente na área das ciências ambientais ou da terra (biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou afins) e com experiência em coordenação técnica na elaboração e revisão de planos de manejo (Gestão) de UC no Bioma Amazônico. Deverá coordenar tecnicamente os trabalhos de campo e de escritório, sistematizar os resultados, realizar a integração dos dados obtidos pelos estudos temáticos e ter conhecimentos das metodologias constantes nos fluxos de elaboração e revisão de planos de gestão. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Este profissional será o responsável pela qualidade e pela apresentação dos produtos objetos deste TdR.

Descrição do Perfil do Responsável pela elaboração e análises de Socioeconomia

e Cadeias Produtivas: Formação acadêmica plena (sociologia, geografia, agrônomo, antropólogo, engenharia florestal, historiador ou outras afins) e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em estudos socioeconômicos e de cadeias produtivas em áreas naturais protegidas. Preferencialmente, ter experiência em projetos de campo no Bioma Amazônia. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé, ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Deverá realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação, sob sua responsabilidade, do edital.

Descrição do Perfil do Responsável pela elaboração e análises da produção de

pesquisa: Formação acadêmica plena (sociologia, geografia, agrônomo, antropólogo, engenharia florestal ou outras afins) e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em estudos analíticos de sistematização e categorização de pesquisa produzidas em áreas naturais protegidas. Preferencialmente, ter experiência em projetos no Bioma Amazônia. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé, ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Deverá realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação, sob sua responsabilidade, do edital.

Descrição do Perfil do Responsável pela elaboração e análises do Uso Público:

Formação acadêmica plena (turismo, ecoturismo, geografia ou outras afins) e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em ecoturismo e/ou visitação em áreas naturais protegidas, para avaliar o potencial turístico e uso público das UC. Preferencialmente, ter experiência com a metodologia ROVAP e as demais constantes no macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé, ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Deverá realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação, sob sua responsabilidade, do edital.

Descrição do Perfil do Responsável pelas análises do Sistema de Informações Geográficas (SIG): Formação acadêmica plena na área das ciências ambientais (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins) com conhecimento e experiência em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves.

Descrição do Perfil do Responsável pelos levantamentos e análises fundiárias: Formação acadêmica plena na área das ciências ambientais e geológicas (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins) com conhecimento e experiência em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas. O profissional deve ter experiência plena nas atividades de levantamento cartorial, da cadeia dominial e das características fundiárias de áreas protegidas naturais. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves.

Descrição do Perfil do Responsável pela Logística Geral do Projeto: Formação acadêmica plena, preferencialmente na área das ciências ambientais ou da terra (logística, administrador, biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou afins) e com experiência em coordenação técnica na elaboração e revisão de planos de manejo (Gestão) de UC no Bioma Amazônico. Deverá coordenar tecnicamente toda a logística necessária para execução do projeto, bem como, articular com a SEMA-AM as ações de segurança pública junto a SSP-AM. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves.

Descrição do Perfil do Moderador/ Facilitador: Curso de formação em organização e moderação de oficinas. Experiência na organização e moderação de eventos participativos (consultas públicas, seminários, conselhos de UC etc.), preferencialmente na região amazônica. Deverá possuir conhecimento e/ou experiência com a metodologia

dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação. Esse profissional participará das atividades relacionadas à organização, mediação, relatoria e sistematização das oficinas participativas.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos (incluindo as fases de escritório e de campo) para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

14.3. Qualificação do Plano de Trabalho

A análise da Proposta será focada no atendimento aos objetivos fixados no TdR, incluindo abordagem técnica, metodologia e cronograma.

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO (EP) – FAVOR INFORMAR OS CONTATOS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

- Responsáveis SEMA-AM - Gestor da Unidade de Conservação:

Nome: Raimundo Ribeiro Romaine – Gerente da RDS Mamirauá

Cargo: Gerente de Unidade de Conservação

E-mail: romaine.ceuc@gmail.com

Telefone: (97) 99156-3675

- Responsáveis SEMA-AM - Sede:

Nome: Ana Claudia da Costa Leitão

Cargo: Assessora II

E-mail: anaclaudia.ceuc.sds@gmail.com

Telefone: (92) 3236-3070